

## O PROJETO INTERUNIVERSITÁRIO NOMES E VOCES COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Sirlei da Silva Fontoura  
[sirleifontoura@gmail.com](mailto:sirleifontoura@gmail.com)

### RESUMO

No contexto das mídias digitais, a presente pesquisa busca analisar o Projeto Interuniversitário Nomes e Voces, espaço criado para a investigação da História atual especializado em informação sobre a Guerra Civil e a repressão franquista em Galícia, e compreendê-lo como lugar de memória e como espaço de uma articulação de uma memória individual e coletiva, produzindo sentidos que transcendem a existência do objeto como veículo de informação puramente virtual. Embasam teoricamente esta pesquisa autores como: Nora (1993), Halbwachs (2004), Prieto (2010), Barros (2011).

**Palavras-chave:** Memória social, Lugar de memória, História, Projeto Nomes e Voces, Guerra Civil.

### INTRODUÇÃO

Reflete-se muito sobre as transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea, pois presenciamos de forma muito enfática a desorientação e a sensação da não compreensão dos fenômenos sociais. A impressão é que tudo está fora de controle e que “velocidade, e não duração é o que importa”. Tudo o que antes era estável, sólido, parece fugir do controle, liquefaz-se e escorre entre os nossos dedos, ou seja, estamos vivendo tempos líquidos (Bauman, 2007) ou, ainda, estamos vivendo tempos de uma memória esfacelada (Nora, 1984).

Nesse sentido, reflete-se, ainda: se importa a velocidade e não a duração plena dos fatos, qual é o lugar que a memória ocupa? De antemão, afirmamos: preservar as memórias coletivas dos grupos sociais é de grande importância para a manutenção da sociedade contemporânea. Por este motivo, resulta cada vez mais forte o engajamento social em processos de produção de memória e efetivação de um estoque de memória social nunca antes conhecidos. E a propagação dessa memória, devido aos tempos modernos, dá-se por meio dos lugares de memória.

Manter viva a história de um povo por meio de registros memorialísticos é uma preocupação do ser humano existente desde os primórdios da humanidade. Essa

preocupação não era pela preservação do fato por si só, mas de preservá-lo para gerações futuras. Foi assim que a humanidade evoluiu, com base nas experiências de seus antepassados.

Essas experiências, a fim de preservar a memória, eram contadas de geração em geração. Após, para cumprir essa função, surge algo mais concreto para perpetuar a memória, o registro rupestre. Em seguida, o papel entrou em cena e, atualmente, com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação, o cenário é outro, e a internet desponta como protagonista.

Antes, tudo era muito limitado com os meios tradicionais apresentados, devido, muitas vezes, à falta de espaço nos locais específicos, alto investimento de produção, barreiras geográficas longínquas, velocidade mínima na disseminação de informação e, por este motivo, na atualidade, a nova ferramenta ganha adeptos oriundos do mundo inteiro.

A partir do exposto, o objetivo da presente pesquisa, no contexto das mídias digitais, é analisar o Projeto Interuniversitário Nomes e Voces, espaço criado para a investigação da História atual especializada em informação sobre a Guerra Civil e a repressão franquista em Galícia, e compreendê-lo como lugar de memória e como espaço de uma articulação de uma memória individual e coletiva, produzindo sentidos que transcendem a existência do objeto como veículo de informação puramente virtual. Para isso, o presente trabalho se desdobra em duas partes. Em primeiro lugar, apresentação de um passado que, por questões políticas, quis-se ocultar, mas que permanece atual na consciência coletiva: a repressão do povo galego que esteve nas mãos dos sublevados franquistas durante a Guerra Civil Espanhola. Em segundo lugar, a ênfase recai sobre o Projeto Interuniversitário Nomes e Voces considerado como lugar de memória, pelo qual se difunde a memória social na era digital. Antes de abordar a questão dos lugares de memória, far-se-á necessário entender os conceitos de memória.

## **GALÍCIA E A GUERRA CIVIL: UM PASSADO QUE NÃO SE QUER OCULTAR.**

A Guerra Civil Espanhola, cenário de conflitos entre comunistas e fascistas, teve início em 13 de julho 1936. Francisco Franco, chefe do Estado-Maior e integrante do grupo dos fascistas espanhóis, convocou tropas contra o grupo comunista, travando lutas sangrentas, as quais deixaram o país vivendo uma situação de caos e horror. Além disso, nesse período de guerra, algumas regiões caíram nas mãos do governo de franquistas: Navarra, Castilha, Galícia, partes da Andalúcia e Aragón.

Na Galícia, nossa região-foco, a violência desatada foi extrema. Nas palavras de Ramón Villares, o que ocorreu foi “unha guerra xorda”. Assim acontece nas principais cidades de Galícia como Vigo, Ferrol, A Coruña, Vilagarcía, onde pessoas foram mortas pelo fato de mostrarem explicitamente repúdio às atitudes fascistas, pelo fato de tentarem resistir à tomada de poder pelos sublevados até à simples curiosidade diante dos ideais que estes pregavam. (CAYADO; ALMANSA; PRIETO, 2010).

Durante os três anos de guerra, dentro do caráter eminentemente seletivo da repressão como resultado de morte, estima-se que o total foi de 4.590 vítimas, segundo as informações obtidas pelo grupo que compõe o Projeto de Investigação Interuniversitário Nomes e Voces. (CAYADO; ALMANSA; PRIETO, 2010).

De forma breve, esse foi o passado galego que por questões fundamentalmente políticas tentou-se ofuscar na época da chamada *Transición*, processo pelo qual na Espanha, após a morte do ditador Franco, seriam restauradas as instituições democráticas que foram apagadas depois do golpe militar desembocando nos anos de ditadura franquista. A *Transición*, segundo Prieto (2009), consistia em um

[...] acuerdo general de mirar hacia adelante y olvidar lo que el franquismo había hecho recordar hasta el último minuto de la vida del Dictador: la guerra como victoria de unos y derrota de otros. [...] el franquismo reformista amnistiaba a los antifranquistas de sus ‘delitos’ contra el régimen, a la vez que los franquistas quedaban también amnistiados de unos delitos no reconocidos (PRIETO, 2009, p.131).

Em outras palavras, era como um pacto firmado visando o esquecimento do passado que, atualmente, está sendo questionado de forma crítica e sendo assunto de muitos debates políticos.

Além disso, na última década, se está sendo imposta uma necessidade de conhecer e reconhecer as vítimas da repressão, tarefa nada fácil aos historiadores, uma vez que, para isso, indagar às vítimas prescinde indagar aos verdugos e isso segue sendo um tabu tanto judicial quanto social e intelectual, intensificado, portanto, após o programa de Transição executado por Adolfo Suárez, dirigente da geração herdeira do regime que ganhou a guerra.

Devido a isso, surgem os problemas com a memória e as dificuldades em conhecer o passado sem limitações, o que, segundo Prieto (2009), além de ser uma necessidade cívica é, antes de mais nada, um requerimento intelectual e historiográfico.

A partir do exposto, afirma-se que, atualmente, a repressão fascista ainda se manifesta na consciência coletiva. Segundo Prieto *apud* Thompson (2003), a guerra “tiene consecuencias que llegan hasta el presente en la mentalidad colectiva”. O triunfo imediato das forças fascistas na Galícia deixou cicatrizes profundas nos galegos. “Las condiciones de esta guerra confieren, por lo tanto, unas características peculiares a la represión en Galiza, haciendo que su reflejo en la mentalidad colectiva y sus consecuencias sociales sean más radicales y profundas” (PRIETO *apud* THOMPSON, 2005).

A memória dos vencidos não é ocultada. Há uma memória coletiva da repressão que atravessa as gerações, que perpassa a memória e a identidade dos sujeitos que não viveram naquele período e que se concretiza por meio de ações para se conhecer um passado sem limitações.

Nessa perspectiva, desenvolve-se o processo de recuperação da memória histórica, já que durante a Ditadura o conhecimento dos fatos estava oculto e se restringia ao âmbito individual ou familiar, suportando-se recordações penosas e amedrontadoras.

De acordo com os estudos de Prieto (2009), algumas ações foram levadas a cabo para a recuperação da memória, como por exemplo, a publicação livre de trabalhos periodistas e históricos na Espanha, bem como repercussão do tema por meio de livros e filmes (1975 a 1996); criação da Associação para a recuperação da memória histórica, o que resultou em muitas outras associações dedicadas a tarefas semelhantes nos anos seguintes (desde 1996); passagem da memória da Guerra Civil para a política e ao debate político, acompanhado ao desenfreado debate social (desde 2000); proclamação

do ano de 2006 como o 'ano da memória'. Na Galícia, a mesma medida é proclamada um pouco antes, em 2005, ano em que se criam inúmeras associações com a finalidade de recuperação e reivindicação da memória das vítimas, como por exemplo, a concepção do "Proyecto de Investigación As vítimas, os nomes e as voces – Projeto de Investigação Interuniversitário Nomes e Voces.

Torna-se evidente que com essas ações, favoreceu-se o conhecimento de um passado até então obscurecido. Foi dado valor às recordações ocultas e privadas e isso permitiu que fosse expressado aquilo que sempre esteve silenciado (Prieto, 2009).

## **PROJETO INTERUNIVERSITÁRIO NOMES E VOCES**

O Projeto de Investigação Interuniversitário "Nomes e Voces"<sup>1</sup> foi criado no denominado Ano da Memória, em 2006, pelas universidades de Santiago de Compostela, Vigo e A Coruña em convênio de colaboração com a Consellaría de Cultura e Deporte da Xunta de Galicia. O objetivo do projeto é constituir um espaço de investigação e documentação para o estudo histórico da repressão que sofreu Galícia desde o começo da Guerra Civil até o final da ditadura franquista. O trabalho realizado está voltado à busca de conhecimentos de um passado sombrio que precisa ser esclarecido, bem como para intensificar o patrimônio histórico do país a partir da recuperação de memórias que ainda permanecem ocultas, documentos e materiais que, de alguma forma, estão sujeitos a perder-se.

A recuperação dos dados memorialísticos é feita a partir da elaboração de uma relação de nomes das vítimas da repressão no período da Guerra Civil (1936-1939) a partir do estudo de fontes escritas da época, fontes orais e estudos locais existentes; realização de um plano de entrevistas dos protagonistas sobreviventes; resgate de lugares da memória oculta por meio da concretização de um cartografado da repressão para que se conheça os lugares que se converteram em cenários-alvo na época. Todas

---

1 <http://www.nomesevoces.net/gl/obxectivos/>

as informações colhidas são sistematizadas em uma base de dados disponível em rede para toda a sociedade, convertendo-se em um recurso público de investigação.

Com isso, ações concretas foram levadas a cabo, como por exemplo, a configuração de um importante fundo documental digital, proporcionado na sua totalidade, além das já citadas entrevistas, por meio de doações de fotografias, correspondências, jornais que circulavam no período de guerras, diários, documentos pessoais, todos recompilados para garantir a sua conservação futura através da digitalização. Em suma, trata-se da preservação da memória coletiva na era digital.

Para o desenvolvimento deste importante trabalho de recompilação de dados, especialistas na temática da repressão em Galícia estão engajados, dirigidos pelo catedrático de História Contemporânea Lourenzo Fernández Prieto, da USC (Universidade Santiago de Compostela, Galícia, Espanha) assim como associações e entidades preocupadas em recuperar a memória histórica da atual Comunidade Autónoma da Galícia.

## **NOMES E VOCES COMO LUGAR DE MEMÓRIA**

Antes de adentrar a questão “lugares de memória”, refletir-se-á sobre “memória”, conceito que sofreu ressignificações muito importantes com o passar do tempo.

Na sua significação mais habitual e cotidiana, a memória corresponde ao processo limitado de lembrar os fatos passados. Convém salientar, ainda, que a memória não é precisa, pois envolve o esquecimento, reconstruções, omissões, parcialidades e está relacionada à imagem de depósito de dados.

No entanto, mudanças conceituais vieram à tona, como nos mostra os estudos de Changeux (1972) *apud* Barros (2011), o qual concebe a memória individual como sendo cada vez mais um fenômeno complexo, apresentando-se de maneira ativa, dinâmica, criativa e interativa, envolvendo aspectos como “o comportamento narrativo”, visto como fundamental por Janet em seu ensaio de 1972, “A Memória” (Barros, 2011).

Dessa forma, compreendeu-se que, se a memória individual envolve “comportamento narrativo”, e a narratividade é produto da linguagem e esta, conseqüentemente, produto da sociedade, a dimensão coletiva interfere na memória

individual, ou seja, memória individual e memória coletiva, acabam por estreitar relações. Nesse contexto, a memória individual pode reforçar algumas de suas lembranças apoiando-se na memória coletiva (Halbwachs, 2004). Em outras palavras: o indivíduo que reorganiza suas lembranças, acaba por recorrer às lembranças dos outros.

Em um trabalho mais recente, Halbwachs reflete sobre “Memória Coletiva e Memória Histórica” e afirma que a memória coletiva não se confunde com a história. Pelo contrário, elas se opõem e um dos traços que as distingue, reside na “continuidade”, característica de toda memória, por oposição à “descontinuidade” envolvida na operação historiográfica. Assim, o filósofo francês questiona: “Como poderia a história ser uma memória, se há a interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas e atores, outrora, de acontecimentos que nela são narrados? ” (HALBWACHS, 2006, p.101).

Ao mesmo tempo em que o teórico demonstra a memória coletiva ser amparada na continuidade, ele afirma que esta na verdade também é feita de descontinuidades, mas descontinuidades discretas que podem facilmente estarem no âmbito da continuidade. Deste modo, a sensação humana e social de unidade se faz presente e permite que os períodos históricos mais transformadores sejam atravessados. Em síntese, a memória coletiva se efetiva a partir dos indivíduos que a carregam, instaurando-se nos grupos sociais que são seus portadores e quando ocorre o esquecimento de uma grande quantidade de fatos é porque os grupos que guardavam lembranças desapareceram (Halbwachs (2006) *apud* Barros (2011)).

O segundo traço de distinção entre estes dois campos está no fato de se afirmar, a princípio, que só existiria uma única História (sem considerar as historiografias plurais, como as que abordam grupos específicos: movimento dos negros, as etnias, movimento feminista, etc.), mas que ao mesmo tempo existiriam muitas Memórias Coletivas, pois segundo o teórico, seria impensável a ideia de uma memória universal, pois “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2006, p.106), uma vez que estamos inseridos em um meio com inúmeros grupos (a vizinhança, o trabalho, o grupo da passada fase escolar, a religião, a nação, etc.), cada qual com sua memória coletiva e, conseqüentemente, fazendo parte de uma

rede social complexa. De fato: a memória coletiva não pode ser única e se esta se apresenta no singular é simplesmente devido à sua inserção teórica como recurso discursivo que visa identificar e delinear um campo do saber.

Pois bem, a partir disso, um questionamento: através de que ambientes, de que recursos, de que suportes materiais se produz e se difunde a memória coletiva? Responder-se-á à pergunta, à luz de Nora (1984), teórico francês que junto aos historiadores, sociólogos, antropólogos e memorialistas se integrou ao projeto relacionado aos “Lugares de Memória”, projeto este que resultou em sete volumes de textos dedicados à Memória Social da França. Após, o conceito “lugar de memória” foi estabilizado e, por meio de uma passagem de Nora, em seu verbete “Memória”, Le Goff (1990) resume:

Há os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações (LE GOFF, 1990, 473).

Um vasto universo de “lugares de memória” se delinea, desde os álbuns de fotografias das famílias que organizam suas memórias, até as grandes Nações que erguem museus e arquivos para deixar visível sua própria identidade; em definitivo, a memória apresenta muitos lugares.

E por que os “lugares de memória”? Nas palavras de Nora (1984), estaríamos vivendo a aceleração da História e, com isso, parece que estamos rompendo com o passado e, conseqüentemente, o aceleração da história e a consciência de ruptura com o passado, confundem-se com o sentimento de uma memória esfacelada. No entanto, ao mesmo tempo, o esfacelamento da memória desperta memória suficiente para que esta possa ressurgir e, por este motivo, “o mundo inteiro entrou na dança pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização” (NORA, 1984, p.8) e, como conseqüência, o fim das sociedades-memória que asseguravam a transmissão dos valores, fim das ideologias-memórias, aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro ou indicavam o que se poderia guardar do passado para a preparação do futuro (op, cit. p. 8).

Se os indivíduos fossem capazes de habitar as memórias, não haveria a necessidade da consagração de lugares. Não haveria lugares pelo simples fato de não se transportar a memória pela história. Entretanto, a partir dos tempos modernos, com o auxílio da mídia, substituiu-se uma memória voltada para herança de sua intimidade pela película efêmera da realidade.

Toda essa problemática levantada pelo teórico francês é devido à sociedade precisar da História. Nesse sentido, Foucault também apontava que

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada (FOUCAULT, 2008, p.14).

Sendo assim, Nora (1984) observa que quanto menos se vive a memória no interior, maior é a necessidade dos suportes exteriores. É desse ponto que surge a obsessão por arquivos, aspecto que marca a sociedade contemporânea, sociedade que tem uma memória registradora, delegando ao arquivo a tarefa de se estocar materialmente aquilo que nos é impossível lembrar. O pesquisador evidencia, ainda, que nenhuma época teve tamanha necessidade em produzir arquivos como a nossa, não somente pela quantidade de arquivos que a sociedade produz, nem pelos meios técnicos de reprodução e de conservação, mas pelo respeito ao vestígio.

Embora Nora não tenha mencionado, como fez com museus, cemitérios, coleções, monumentos, assume-se a premissa de que, na Era Digital, a página disponível na internet do Projeto de Investigação Interuniversitário Nomes e Voces pode, sim, ser compreendido como produtora de arquivos, como um lugar de memória. Nesse caso, observa-se que há uma transposição do conceito de um lugar de memória que existe fisicamente, ou seja, os acervos de fotografias, documentos, etc., para a internet, potencializando-se como ferramentas específicas do ciberespaço, quebrando as barreiras geográficas e permitindo a imersão das pessoas além Galícia a partir do armazenamento e difusão digital de dados históricos. Com a evolução da tecnologia da informação,

portanto, somaram-se aos acervos físicos, os acervos digitais. Independentemente de ser físico ou virtual, ambos constituem o patrimônio cultural de uma sociedade, devendo ser preservados para que se garanta o acesso hoje e, sobretudo, nas próximas gerações.

Na concepção de Nora, os lugares de memória têm três sentidos: material, funcional e simbólico. Para exemplificar, o pesquisador cita a noção de geração: material por seu conteúdo demográfico; funcional porque garante a cristalização da lembrança e sua transmissão; simbólica visto que um acontecimento ou experiência vivida por um pequeno número representa uma maioria que destes não participou (Nora, 1984, pp. 21-22).

No caso da página virtual do Projeto Nomes e Voces, também articulam-se os três sentidos: material porque se constitui como um espaço *web* público aberto, sendo um lugar de memória no qual se investe certa “aura simbólica”, como aponta Nora. Com relação a isso, Ribeiro (2013) observa que ao longo do século XX os meios de comunicação se constituíram e se legitimaram como um dos principais discursos constituidores de sentidos sobre a realidade e suas transformações, possuindo uma legitimidade socialmente reconhecida, sendo considerada porta-voz dos acontecimentos e da transformação social e, como registro da realidade, possui certa aura. É funcional por seu caráter informativo livre e gratuito para o uso dos pesquisadores. Por fim, simbólico, uma vez que faz recorte de uma unidade temporal e serve para uma chamada concentrada de lembranças de indivíduos que viveram os acontecimentos e que, hoje, representam aqueles que não participaram, no caso, da Guerra Civil Espanhola.

## CONCLUSÃO

Referindo-se aos processos memorialísticos instaurados na modernidade, em que, devido à aceleração da História e à necessidade de lugares de memória como compensação em um mundo em crescente transformação, observa-se que o meio virtual ganha território e seguidores que o utilizam como meio de disseminação e preservação da memória coletiva.

Com o objetivo de preservar a cultura e a memória coletiva do povo galego, o Projeto Nomes e Voces pode ser considerado lugar de memória, o qual nesse caso, mostra-se como reflexo da modernidade tardia, resultando na racionalização da memória coletiva também para o ambiente digital.

Aquilo que tradicionalmente era transmitido oralmente, por meio da interação entre avós, pais e filhos ou entre os membros de um determinado grupo social, com o apoio de fotos, cartas, jornais impressos da época, também pode ser disseminado e preservado virtualmente. Com o aparato digital, há a possibilidade de recordação e interpretação permanente além fronteiras galegas, com simples cliques, a partir da tela do computador, pois quando a memória coletiva é transmitida, disseminada e preservada na internet, ela se coloca ao alcance de todo e qualquer indivíduo, seja qual for sua cultura ou vinculação étnica.

Em suma, o Projeto Interuniversitário Nomes e Voces, apresenta-se como um instrumento que vai muito além de ser um veículo de informação. Trata-se, portanto, de um lugar de memória sério, dinâmico, de domínio público e de rápida disseminação para a preservação da memória coletiva que o povo galego não quer ocultar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **Memória e História**: uma discussão conceitual. Revista Tempos Históricos, n.º 15, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CAYADO, Antonio Somoza; ALMANSA, Andrés Domínguez; PRIETO, Lourenzo Fernández. **La génesis del Régimen franquista en Galicia**: aniquilación política y destrucción de la sociedad civil (1936-1939). Disponível em [http://www.nomesevoces.net/web/media/documento/comunicacion\\_barcelona\\_dictadura\\_franquist\\_a.pdf](http://www.nomesevoces.net/web/media/documento/comunicacion_barcelona_dictadura_franquist_a.pdf), acesso em 09.11.2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Antropos, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e História e do Departamento de História da PUC-SP, n.º 10, São Paulo,

dez. 1993. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>, acesso em 16.11.2015.

PRIETO, Lourenzo Fernández. **Actitudes sociales y políticas en la denominada recuperación de la memoria histórica Galicia**: El proyecto de Investigación Interuniversitario 'Nomes e Voces'. Pasado y Memoria: Revista de Historia Contemporánea, n.º 8, pp. 131-157, Galicia, 2009. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/ejemplar/261652> , acesso em 09.11.2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A memória e o mundo contemporâneo. In. RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael (Org.). **Entretenimento, Felicidade e Memória**: forças moventes do contemporâneo. São Paulo: Anadarco, 2013.

TOMPSON, John Patrick. **A Guerra Civil na Galiza**: o descobrimento das valas comuns e os romances da Guerra Civil como contra-discurso do esquecimento imposto. Galicia: GZe-ditora, 2005. Disponível em [http://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=gze-ditora:a\\_ guerra\\_civil\\_na\\_galiza.pdf](http://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=gze-ditora:a_ guerra_civil_na_galiza.pdf), acesso em 15.06.2015.

#### **SOBRE O AUTOR/ A AUTORA:**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras - Interfaces entre Língua e Literatura -, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, desenvolvendo pesquisa vinculada à linha de pesquisa Linguagens, Leitura e Interpretação. Possui graduação em Letras Português-Espanhol pela Faculdade Campo Real (2009) e Especialização em Língua Espanhola pela União Pan-Americana de Ensino (2010) e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade Guairacá (2012).